

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O Protagonismo dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses no PRONERA

EDUCATION OF THE COUNTRYSIDE: The Protagonism of Peasants' Socio-Territorial Movements in PRONERA

Rodrigo Simão Camacho¹

RESUMO: O marco inicial na história da Educação do Campo é quando em 1997 foi realizado o I ENERA. Sua consolidação está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. A primeira grande conquista foi o PRONERA. O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) foi um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. O objetivo desse texto é enfatizar o protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na construção e efetivação da política pública do PRONERA, tendo como recorte de análise o CEGeo. A metodologia da pesquisa foi à observação-participante e a entrevista com os sujeitos participantes do Curso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Movimentos Socioterritoriais; Universidade; Campesinato; PRONERA.

Abstract: The initial milestone in the history of Education of the Countryside it is when in 1997 was carried out the I ENERA. Its consolidation is directly related to the conquest of public policies. The first great conquest was PRONERA. The Program was born in 1998 from the struggle of social and trade union movements in the countryside. The Special Course of Graduation in Geography (CEGeo) was built together with the militants of the socio-territorial movements peasants, establishing a relationship between University, Social Movements and State. The objective of this text is to emphasize the protagonism of the peasant socio-territorial movements in the construction and implementation of PRONERA's public policy, whit the analytical scale of CEGeo. The research methodology was the participant observation and the interview with the participants of the Course.

KEY WORDS: Education of the Countryside; Socio-Territorial Movements; University; Peasantry; PRONERA

INTRODUÇÃO

¹ Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: rogeo@ymail.com.

O objetivo desse artigo é enfatizar o protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na construção e efetivação da política pública do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo como recorte de análise o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo).

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o MST realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O tema central era “Com escola, terra e dignidade”. O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formou a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

Sua história está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. O tema de políticas públicas adquire caráter central na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, quando se consolida com a expressão *Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado* (MOLINA, 2012).

A primeira conquista de políticas públicas da Educação do Campo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O Programa nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. O Manual de Operações do PRONERA diz que o mesmo é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas (BRASIL, 2011).

O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais² camponeses, estabelecendo-se uma relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) -

² Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), o conceito de movimentos socioterritoriais está relacionado o objetivo de refletir acerca dos processos de produção/construção/transformação dos territórios gerada pelos movimentos sociais. Esses movimentos sociais transformam espaços em territórios.

Campus de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A maioria dos estudantes era militante dos movimentos socioterritoriais camponeses ligados a Via Campesina: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), RACEFFAES (Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo) e, também, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo), EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes) e o MCP (Movimento Consulta Popular).

Com relação à metodologia da pesquisa, num primeiro momento, fizemos um levantamento bibliográfico com a finalidade de elaborar uma reflexão acerca da Educação do Campo. Lemos o Manual de Operações do PRONERA (2011), a fim de entender sobre o PRONERA e o Projeto Político Pedagógico do CEGeo, para entendermos os objetivos, metodologias e funcionamento do Curso. No segundo momento, entre 2010 e 2011, na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), entrevistamos - utilizando a metodologia das fontes orais com questionário semiestruturado - os sujeitos envolvidos no processo de funcionamento do CEGeo: educadores-professores, educandos-camponeses-militantes, coordenadores do curso, monitores etc.

A UNIVERSIDADE, O PRONERA E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES: DIÁLOGOS E TENSIONAMENTOS

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA permitem que visualizemos duas características principais: a primeira é o *protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de uma política pública* que visa à construção de uma nova visão sobre o campo e a segunda é a *produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses* (MOLINA, 2004). Isto é que Roseli Salette Caldart (2004) tem denominado de o movimento

social enquanto *sujeito educativo* ou *sujeito pedagógico*. Corroborando neste sentido, o educando-militante Mrc vai dizer que...

Os movimentos sociais também são produtores de conhecimento, e boa parte do que é pesquisado hoje na universidade é referente aos movimentos sociais [...]. O *Movimento por si só ele é um grande Movimento irradiador de uma espécie de educação popular, seja na alfabetização pura e simples mesmo, ou seja, na interpretação, na leitura do mundo diferenciada, no engajamento político, em questões sociais*. Não é só o estudo formal, em sala de aula, mas o Movimento proporciona espaços de formação, de encontros, de reuniões, que acabam sendo processos formativos e informativos de educação também, né. (UNESP, Jan. 2011).

De acordo com Mônica Castagna Molina (2004), outra grande contribuição do PRONERA tem sido o fato de que as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com o apoio do PRONERA possibilitaram a reinserção do campo na agenda de *pesquisa das universidades públicas brasileiras*. Existem dezenas de trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Brasil inteiro sobre as práticas educativas que estão sendo executadas pelo PRONERA. Práticas envolvendo estudantes-camponeses, professores-camponeses e os institutos e universidades conveniadas. Dentre estes trabalhos, incluem-se iniciações científicas, dissertações e teses em diversas áreas do conhecimento (essa tese de doutorado é um exemplo concreto disso).

De maneira dialética, portanto, ao mesmo tempo em que a luta dos movimentos camponeses inseriu o PRONERA na universidade, tendo como proposta a construção de um outro modelo de desenvolvimento, por sua vez, a universidade, por meio de sua produção do conhecimento formal, auxilia para pensarmos o papel do campo na construção desse outro modelo de desenvolvimento para a sociedade. A contribuição da produção acadêmica neste sentido se dá por meio da geração de informações relacionadas com o debate que apontem a intencionalidade teórica-política-ideológica a favor dos movimentos camponeses.

A universidade, enquanto representação de uma instituição estatal, é a materialização de um território em disputa entre as classes sociais. A relação dos movimentos sociais com professores-educadores comprometidos com a transformação social tem permitido a efetivação da Educação do Campo no nível

superior. A primeira consideração que nasce dessa relação é a transformação do conhecimento que a universidade produz, redimensionando-o na perspectiva do atendimento das necessidades concretas dos sujeitos sociais e da superação do capitalismo.

[...] Uma das vias desse processo está em questionar a *natureza do conhecimento que a universidade produz* e redimensioná-la na perspectiva do trabalho, das transformações do capital e do atendimento às *necessidades concretas dos sujeitos sociais*. (MICHELLOTTI et al., 2010, p. 40, grifo nosso).

O PRONERA é a demonstração de que somente se desenvolve políticas públicas inclusivas e socialmente justas se referenciadas pelos movimentos sociais. A Educação do Campo está se concretizando como um espaço da luta social construindo um conhecimento emancipatório *elaborado coletivamente no conflito* (tensionamentos) *e no diálogo* (JESUS, 2004; CAMACHO, 2014). Esta realidade social vivida e construída pelos sujeitos coletivos possibilita um fazer científico com sentido político transformador, tanto para a academia quanto para o Movimento Social (SOUZA; BELTRAME, 2010). Neste sentido, para Mônica Castagna Molina (2004), a Educação do Campo significa a conquista de um novo espaço de *produção de conhecimento alternativo ao modelo hegemônico*, propiciando a *construção de um novo paradigma de produção do conhecimento*. Nos cursos de graduação do PRONERA, existe uma relação direta entre a universidade e os movimentos sociais. Pois, a perspectiva do programa é que os movimentos sociais participem na concepção, execução e avaliação dos projetos. É neste contexto que ocorrem os tensionamentos entre os movimentos sociais e a universidade. Estes tensionamentos fazem parte do processo de modificação tanto da universidade quanto dos movimentos sociais (MOLINA, 2004).

Com relação ao CEGeo, o professor-orientador e supervisor Clifford Andrew Welch, em uma entrevista concedida em setembro de 2011, afirma que esta parceria Universidade-Movimentos foi conquistada com tensionamentos desde início para que o curso fosse implantado devido à resistência encontrada dentro da instituição para que o curso fosse aprovado. Depois, tiveram que superar a dificuldade de infraestrutura para abrigar os estudantes durante o período de férias.

Dessa relação de tensionamentos estabelecidos entre os movimentos sociais e a universidade têm surgido resultados significativos para o processo de construção do conhecimento. Quando os movimentos sociais se relacionam com a universidade, estes trazem uma outra lógica de se relacionar com o saber. Esta forma de conhecimento crítico intrinsecamente ligado à realidade ajuda a construir uma postura teórica-política-ideológica comprometida com a transformação social. Ao contrário da forma de produção de conhecimento que impera na academia baseado num aprofundamento de um saber técnico e neutro, desvinculado com a realidade e descomprometido política-ideologicamente com a superação das relações de dominação existentes. Os movimentos sociais trazem para a universidade a formação de valores necessários para a ruptura com o conhecimento científico produzido de maneira burocrática e desvinculado das lutas sociais (MOLINA, 2004).

Esta prática da interinstitucionalidade engendrada pelo PRONERA tem contribuído para um processo de reinvenção da universidade pelos movimentos sociais. O resultado é a construção de uma educação pública de melhor qualidade. A parceria com o MST introduz na universidade a presença da *pedagogia da luta social*. Sendo que a mesma auxilia, dialeticamente, na reprodução dessa pedagogia que tem como princípio a educação dos militantes sem terras a partir da *terra, do trabalho e da cultura* (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004). A participação desses novos sujeitos na academia faz com que sejam questionadas as práticas tradicionais e se propõe a constituição de novos saberes mais emancipatórios. No caso da formação dos professores sem-terra, os mesmos trazem seus saberes construídos na luta pela terra. Assim,

[...] Com a introdução de novos sujeitos no meio acadêmico, como é o caso dos professores sem-terra, com uma *valorização de seus saberes construídos na luta pela terra*, tensionam-se práticas tradicionais e dilatam-se tempos-espaço na perspectiva da *construção de novos saberes* [...]. (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004, p. 224, grifo nosso).

Estes tensionamentos fruto da presença dos educandos-assentados da Reforma Agrária e dos militantes dos movimentos sociais nos cursos superiores do PRONERA têm provocado mudanças significativas tanto dentro dos movimentos

sociais quanto nas universidades que são parceiras (ANDRADE; DI PIERRO, 2004; MOLINA, 2004). Nas palavras de Roseli Salette Caldart: “Os sujeitos de ambos têm se educado reciprocamente e contribuindo na projeção/construção de políticas públicas que permitam avançar na democratização do acesso do povo à educação e a uma educação voltada aos seus interesses sociais”. (apud MOLINA, 2004, p. 80).

No que concerne aos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e a universidade temos como exemplo o enfrentamentos entre os professores universitários e os educandos no que concerne a matriz curricular. Os movimentos sociais tensionam as universidades para que assimilem uma nova visão do campo e da relação campo-cidade. Outro ponto de tensão entre os movimentos sociais e a universidade diz respeito à escolha dos professores para lecionar as disciplinas. As universidades têm seus próprios quadros de professores, mas os movimentos sociais têm, também, seus intelectuais-militantes. Assim, ocorre um tensionamento no momento da seleção do quadro de professores que vão lecionar as disciplinas onde, na maioria das vezes, a composição do quadro de professores ocorre de maneira a mesclar professores da universidade e intelectuais orgânicos dos movimentos sociais³ (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Corroborando neste sentido, Maria Isabel Antunes-Rocha et al. (2010) afirmam que neste conflito e diálogo entre universidade e movimentos sociais, fruto da participação coletiva do cotidiano pedagógico, temos como resultado a aquisição de conhecimentos, competências⁴ e habilidades que vão capacitar os sujeitos tanto para exercer uma profissão, quanto para sua organização social e participação para intervenção na realidade. Os cursos superiores do PRONERA são espaços de acesso a um capital social para os camponeses-militantes que já participam de experiências associativas em igrejas, sindicatos e movimentos populares que, na maioria das vezes, trazem em sua história biográfica características de liderança, habilidade oral e desenvoltura nos espaços públicos. Os cursos possibilitam o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e articulam aspectos subjetivos, emocionais e afetivos dos sujeitos por meio da criação de novas formas e espaços de socialização/sociabilidades.

³ Um exemplo foi à participação de João Pedro Stédile, um dos maiores intelectuais orgânicos do MST e da Via Campesina, no Curso Especial de Graduação em Geografia.

⁴ Aqui não estamos nos referindo ao modelo educativo, de ideologia neoliberal, de formação profissional para o capital denominado de Pedagogia das Competências.

Estes espaços coletivos de socialização e de tomada de decisão operam como mecanismos integradores fundamentais para a construção de uma educação emancipadora-freireana. Esta prática pedagógica privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam *hábitos e habilidades* do modo de agir coletivo. A participação em assembleias, em reuniões, a participação ativa em sala de aula fazem parte da rotina da vida coletiva. A responsabilidade de gestão, de tomada de decisão e de organização do espaço educacional é compartilhada com os sujeitos-educandos, gerando comportamentos e condutas novos e mais críticos (ANTUNES-ROCHA et al., 2010).

O CURSO ESPECIAL DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (CEGEO)

O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é iniciativa pensada para incentivar a formação educacional e técnica em nível superior de pessoas ligadas a movimentos sociais inseridas em projetos de Reforma Agrária que traz em sua proposta político-pedagógica o incentivo à reflexão teórica visando a potencialização de práticas desses agentes em suas comunidades. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 3).

É na perspectiva dos movimentos socioterritoriais camponeses que podemos pensar a lógica que permeia a construção do Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo) na FCT/Unesp de Presidente Prudente (convênio INCRA/PRONERA/ENFF). Este curso tem como metodologia a Pedagogia da Alternância, ou seja, alterna o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Nos meses de Janeiro e Fevereiro os educandos ficam o Tempo Escola na UNESP – Presidente Prudente/SP- e em Julho e Agosto, ficam o Tempo Escola na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema/SP.

O curso de Geografia da FCT/UNESP, através da resolução UNESP n. 6/87, oferece duas opções aos estudantes ingressantes: a Licenciatura e o Bacharelado. A licenciatura confere a habilitação para exercer a profissão de professor de Geografia para o ensino fundamental e médio. O registro profissional é obtido por meio do MEC. O bacharelado confere a habilitação ao estudante para exercer a profissão de geógrafo. O registro profissional é obtido junto ao CREA. As funções que os bacharéis estarão aptos a desenvolver serão atividades de consultoria,

pesquisa e projetos. Grande parte das disciplinas é comum à Licenciatura e ao Bacharelado, por isso, o estudante geralmente obtém o diploma de licenciado em quatro anos e completa sua formação de bacharel em mais um ou dois anos (UNESP, 2005).

Com a intenção de relacionar o bacharelado, a licenciatura e a especificidade da Educação do Campo, então, o Curso de Especial de Graduação em Geografia inclui, além da estrutura do Curso Regular, alguns componentes curriculares que se remetem aos objetivos dos cursos superiores do PRONERA, bem como à demanda dos movimentos sociais camponeses. Além, da alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, os componentes curriculares específicos são: Desenvolvimento Territorial Rural e Alternativas Produtivas para o Campo Brasileiro; Geografia dos Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Direito Agrário; Trabalho de Campo: a relação cidade-campo e a processualidade sociocultural; (UNESP, 2005).

Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivam formar Geógrafos e Professores que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade, formando professores e geógrafos militantes dos movimentos socioterritoriais. A partir de trabalho de campo na UNESP e na Escola Nacional Florestan Fernandes pudemos enxergar que os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entendem que o curso de geografia lhes auxiliam em vários aspectos em suas lutas, entre eles, podemos citar: permite visualizar as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio; qualificar o debate contra o agronegócio; entender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo; compreender as relações naturais e sociais dos territórios camponeses etc.

Sendo assim, na perspectiva de entendermos, na prática, como essa relação movimentos sociais/universidade ocorreu no CEGeo, conversamos com a Coordenadora Pedagógica do setor de educação do MST, Mr, que relatou as suas perspectivas acerca do curso, como visualiza a relação dos movimentos socioterritoriais com a universidade, seus diálogo/conflitos, troca entre saberes técnicos-científicos/populares e perspectivas futuras. A Coordenadora Pedagógica do CEGeo, que representa os movimentos socioterritoriais na Coordenação

Político-Pedagógica do Curso, é uma pedagoga que pertence ao setor de educação nacional do MST pelo estado de São Paulo. Ela é assentada na região do Pontal do Paranapanema e tem formação nos cursos de magistério e Pedagogia da Terra, conquistas, também, do MST. Em torno de 2005, o Movimento delega a função para que ela comece a acompanhar as discussões que daria origem ao projeto do Curso Especial de Graduação em Geografia. Ela diz que o curso apresentou muitos desafios, mas que esses foram sendo superados na relação entre o fortalecimento da coordenação do curso e a colaboração dos educandos da turma. Estes sempre prezaram por continuar mantendo a sua identidade de militante dos movimentos socioterritoriais camponeses, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo uma relação interna com a universidade. Se constituindo, então, enquanto um estudante-militante, e conseguindo, assim, cumprir com os objetivos do curso com êxito de estabelecer uma relação entre os movimentos sociais e a universidade.

[...] a própria presença, vamos dizer assim, dos *movimentos na universidade*, esse era um desafio muito grande que nós não sabíamos no início como lidar [...] e a turma também desempenhou na trajetória do curso um papel importante... vamos dizer assim, é..., diminuir, vamos dizer assim, não só a *pertença ao Movimento*, as organizações, a luta, mas também, ao mesmo tempo, tentar, vamos dizer assim, fazer esse contato necessário, né, e fundamental, aí com essa *realidade acadêmica*, com os estudantes, enfim, com essa *relação mais interna na universidade*. [...]. (ENFF, Jul. 2011).

Estabelecer a relação entre os movimentos socioterritoriais e a universidade é o grande diferencial deste curso com relação aos demais. Trazer a luta política e a organização dos movimentos camponeses para dentro da universidade foi um dos objetivos do CEGeo. Em outras palavras:

[...] *é um curso diferenciado porque ele traz a experiência da luta política dos movimentos pra dentro da universidade*, eu acho que esse talvez é um elemento importante no sentido de que essa dimensão, vamos dizer assim, *da luta, da organização política*, ela também precisa *tá presente na universidade* [...]. E essa construção também da universidade, *pra nós*, em especial, *pros movimentos*, ela é muito significativa, né, no sentido da gente tentar socializar um pouco, vamos dizer assim, as experiências dos movimentos, assim, com a própria *realidade acadêmica*, com a universidade [...]. (Mr, ENFF, Jul. 2011).

Do ponto de vista de se pensar mais especificamente como os conhecimentos científicos–geográficos influenciaram/influenciam na qualificação da luta dos movimentos socioterritoriais contra o agronegócio, vamos ouvir o argumento de uma liderança da coordenação nacional MST que, atualmente, atua no setor da frente de massa no estado de Goiás. Podemos pensar a relação existente entre o Curso Especial de Geografia e a luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, pois o mesmo discorre acerca da possibilidade que a Geografia nos traz de ler a realidade para poder traçar estratégias contra o capital. Ajuda a teorizar sobre a prática do Movimento no sentido de *disputar, conquistar, organizar, controlar e manter os territórios camponeses*. Nesta narrativa, fica clara a absorção do conceito de território, mais especificamente, de disputas territoriais e podemos visualizar como na prática essa teoria pode se materializar na conquista, na organização e na manutenção do território. JV, militante do MST, descreve as contribuições do curso para a luta do seu Movimento assim:

O curso vai nos ajudando, dá um conjunto de elementos, de compreensão, de *teoria*, de contato com muita coisa que ajuda a gente *pensar nossa prática*, nossa estratégia, nossa ação. Como nós somos militantes políticos, com responsabilidades, com tarefa no Movimento, no meu caso vinculado justamente com essa frente [frente de massa] que é a preocupação maior *conquistar novas áreas*, essa é a tarefa principal [...] é justamente em construir *estratégia* para avançar, para conquistar novas áreas. O curso nos ajuda trazer elementos, teorias, né, que ajuda a gente explicar, compreender, ter elementos de *qualificar nossa intervenção*, e a nossa elaboração de estratégia de ação. Então o curso tem sido bastante importante, tem ajudado inclusive nas reflexões, nas elaborações, nos debates, nas proposições, [...] quer dizer, ela ajuda a gente na discussão da *conquista do espaço, na conquista do latifúndio, na disputa do território, e na organização desse espaço*, essa que é a combinação que a Geografia nos dá elementos *pra conquistar e se organizar nesse espaço conquistado*. [...] A grande contribuição desse curso é justamente a gente perceber que é isso, quer dizer, conhecimento geográfico nos ajuda nessa perspectiva de *conquistar e de manter a conquista*. [...]. (ENFF, Jul. 2010).

Por meio dessas narrativas podemos pensar como o PRONERA possibilitou esta abertura de diálogo dos movimentos sociais com a universidade, objetivando a construção da Educação do Campo em nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. Dentre as conquistas dos movimentos socioterritoriais camponeses na luta pela Educação do Campo temos o PRONERA. Este programa tem como objetivo a construção de uma educação adequada à lógica do trabalho e da cultura nos territórios camponeses.

Mesmo que a relação entre Estado/Universidade/Movimentos Sociais, que engendra o PRONERA, seja permeada de conflitos, podemos afirmar que o mesmo auxilia como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa. Esta parceria entre universidades, movimentos sociais e INCRA é um modelo de gestão tripartite.

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA, como o CEGeo, permite que visualizemos duas características principais: a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova visão sobre o campo e a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de et al. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 19-54.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel et al. Formação e trabalho docente na escola do campo: protagonismo e identidades em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 65-73. (Série NEAD Debate, 20).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit. Professores, sem terra e universidade: qual parceria? In: ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRÔ, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de et al. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Pronera e a construção de novas relações entre estado e sociedade. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de et al. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 89-100.

MICHELLOTI, Fernando et al. Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de et al. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Aparecida Branco. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 84-94. (Série NEAD Debate, 20).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Relatório da 1ª etapa do curso especial de graduação em geografia**. Convênio INCRA/PRONERA/UNESP/ENFF. Presidente Prudente: [s.n], 2007.

UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. **Curso de geografia: licenciatura e bacharelado**. Projeto Político-Pedagógico. Presidente Prudente, [2005?]. (não publicado).



Recebido em: 23/03/2017

Aceito para publicação em: 29/11/2017